

# **Escritos não criativos sobre economia criativa: por um novo olhar da relação cultura e desenvolvimento**

*José do Nascimento Junior\**

## **Resumo**

O objetivo do artigo é analisar a abrangência do conceito de economia criativa a partir de um referencial antropológico, utilizando as trajetórias dos conceitos de cultura, indústria cultural e economia da cultura. Busca-se demonstrar as tensões da relação entre cultura e economia e aponta-se criticamente como essa relação se estabelece. A proposta apresentada é de construção da relação do binômio cultura & desenvolvimento para a criação de um novo olhar sobre o papel das políticas culturais. Apresenta-se uma ruptura com o conceito de economia criativa em prol do retorno do emprego do conceito de economia da cultura.

**Palavras-chave:** Economia criativa. Economia da cultura. Cultura e desenvolvimento.

Um país não muda pela sua economia, sua política e nem mesmo sua ciência; muda sim pela sua cultura.  
Herbert de Sousa (Betinho)

Fazer um país é mais que possibilitar que aquilo que se produz em uma região possa chegar às outras, que o que se produz em outra região chegue aos portos para ser exportado. Fazer um país é também projeto político e cultural.  
Jesus Martin-Barbero

A política cultural que se limita a facilitar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras à inovação.  
Celso Furtado

As citações têm como intenção inicial provocar uma reflexão sobre um dos temas que tem ocupado o mundo cultural nesse último período: a chamada “economia criativa”. Ao longo desses anos de experiência na gestão e em estudos sobre a cultura deparei-me com inúmeros conceitos. Conceitos como: “indústrias culturais”, “economia da cultura” e, mais recentemente, “economia criativa”. Todos estes conceitos tentam estabelecer uma melhor compreensão dos fenômenos culturais e de suas relações com o mundo da economia. Portanto, trata-se de estudos que inundam nossas prateleiras e mentes, buscando explicar algo tão complexo, o binômio: cultura e economia.

Buscando nos estudos antropológicos subsídios para compreender esse complexo binômio mencionado, fica evidente a relação entre a produção dos bens simbólicos e os seus aspectos econômicos, em especial as trocas de bens produzidas em sociedades tradicionais. Em o *Ensaio sobre a dádiva*, de Marcel Mauss (1988), o autor descreve sobre a troca de objetos na sociedade polinésia e das obrigações que recorrem destas trocas, estabelecendo, assim, um conjunto de relações sociais.

Lembramos que quando Mauss estabelece essas relações de troca tem um caráter de analisar o aspecto econômico e político que essas trocas têm nas sociedades estudadas por ele, estabelecendo as alianças a partir desses sistemas de trocas.

Para os estudos antropológicos, os fenômenos culturais são também políticos e econômicos na sua essência. Nessa direção, o estudo de Louis Dumont, *Homo Aequalis* (2000), aponta exatamente as questões econômicas no tecido social e seus aspectos ideológicos.

Mais recentemente podemos apontar Pierre Bourdieu em *A Economia das trocas Simbólicas* (2007) e *A Economia das trocas lingüistas* (1996). O autor é responsável por análises importantes para o entendimento da dinâmica da produção de bens simbólicos nas sociedades capitalistas.

O conceito bourdiano de *habitus* é elemento fundamental para desnaturalização do consumo ou do chamado “gosto”, ou seja, de um capital cultural, social e político, que posiciona os grupos e indivíduos nas hierarquizando socialmente, estabelecendo seus “gostos e estilos de vida”. Isto mostra o quanto que esses fatores constituidores de elementos da produção simbólica têm fatores distintivos de classe social.

Também para Maurice Godelier (1981) o econômico não se resume apenas a produção de um conjunto de bens materiais, que esses bens são simbólicos, elementos da representação social. Nesse sentido, esse conjunto bens simbólicos produzidos em um determinado contexto cultural representam uma sociedade e uma ideologia.

Buscamos mostrar até aqui, mesmo usando conceitos diferentes, que a história da humanidade é a do desenvolvimento das forças produtivas. Narramos como a humanidade transformou a natureza para o seu incremento, como as relações sociais avançaram na mesma medida.

A partir do quadro teórico apresentado, a discussão primordial acerca da economia da cultura centra-se na seguinte questão: queremos “economificar” a cultura ou “culturalizar” a economia? A segunda opção parece responder a uma perspectiva contemporânea da política cultural e cria, assim, condições de sustentabilidade social. As respostas muitas vezes vindas das áreas ligadas à economia nem sempre levam em consideração a cultura como fator de desenvolvimento e de transformação social.

Nessa direção, é fundamental cada vez mais termos um ponto

de vista tendo a cultura como fator principal do desenvolvimento humano, e assim levando em conta a dinâmica cultural em que essa produção de bens simbólicos é produzida.

Outra questão igualmente importante diz respeito ao tema do consumo cultural e da indústria cultural. Se refletirmos a partir da perspectiva cultural ou antropológica, podemos concluir que todo o consumo é culturalmente construído. Para explicar esse argumento, devemos indagar sobre como se consome, e não o que se consome. Um objeto em uma vitrine, de um museu ou em uma loja pode ser apropriado diferentemente, isto é, resultado de relações simbólicas e práticas distintas. Ou seja, uma decisão diferenciada de consumo.

Essa abordagem também está presente ao falarmos das indústrias culturais. Se entendermos que as práticas de produção econômica são culturalmente determinadas, mesmo em tempos nos quais cada vez mais relativa a ideia de “local” frente ao “global”, ainda assim os conceitos elaborados no seio da Escola de Frankfurt expressaram as primeiras críticas a sociedade moderna capitalista e seu modo de produção e apropriação dos bens culturais que começa a se estruturar no início do século XX.

Nas obras de autores como Theodor Adorno e Max Horkheimer se analisam a produção artística na lógica do capitalismo sobre a Indústria Cultural (1947). Outra importante contribuição é a de Walter Benjamin, que em “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (1985) debate a reprodução dos bens culturais em larga escala e com isso a perda do seu valor artístico. Esse modo de produção massificado.

Nesse sentido, a pergunta é qual a diferença entre as diversas formas de industrialização?

## **Cultura, desenvolvimento reflexões para caminhar**

Devemos buscar novos paradigmas, principalmente no que concerne a reafirmação do caráter público das práticas culturais. Cabe aos gestores governamentais entenderem que quanto maior o superávit social mais sustentável serão as economias dos países.

Portanto, o papel da cultura no desenvolvimento econômico deve ser visto como gerador de ganhos sociais para a população, ampliando, assim, o acesso aos bens culturais e as possibilidades de produção. É importante sairmos do modelo do *Homo Economicus*, que é visto como produtor e consumidor individual, para desenvolvermos o conceito de *Homo Sociologicus*, ou seja, aquele provido de relações sociais e culturais.

Na busca desse diálogo entre cultura e economia no âmbito das ciências sociais, e dos estudos culturais, Claude Lévi-Strauss, em *A Antropologia diante dos problemas do Mundo Moderno* (2012), nos oferece elementos para enxergarmos essa relação, quando diz que:

O que a antropologia lembra ao economista se acaso ele o esquecesse é que o homem não é pura e simplesmente incitado a produzir sempre mais. Ele também procura no trabalho satisfazer aspirações que estão arraigadas em sua natureza profunda: realizar-se como indivíduo, imprimir sua marca na matéria, dar, por suas obras, uma expressão objetiva à sua subjetividade. (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 61-62).

Na produção humana, a relação é também a com o trabalho e o que dele resulta na produção de bens simbólico. É buscar igualmente a satisfação humana como elemento constitutivo de sua existência. Mesmo que produzindo a uma escala desalienante, o desafio está exatamente na possibilidade concreta de que a subjetividade possibilite impor uma marca diferencial sobre o processo de produção. Mesmo em um mundo no qual, hoje, a produção em escala faz com que fiquemos cada vez mais alienados dos processos de produção.

Nesse sentido, vale ressaltar alguns precursores desse debate sobre os estudos culturais, como Max Weber em *Os Fundamentos racionais e sociológicos da música* (1995), buscando estabelecer os aspectos constituintes de uma racionalidade específica da cultura ocidental.

Outro autor que aporta contribuição aos estudos culturais é George Simmel (1979), que realiza seus estudos no contexto de sociedades em processo rápido de industrialização e urbanização, vendo nisso uma

quebra das culturas tradicionais e a perda de vínculos identitários. Ambos colocam a cultura como objeto de estudo sociológico. Esses elementos iniciais nos ajudam a jogar luz sobre a temática proposta. E demonstra, também, que no âmbito das ciências humanas e sociais sempre houve a preocupação, dos mais diversos autores, com relação à cultura e economia.

Contudo, o debate sobre os conceitos, já mencionados, “indústrias culturais”, “economia da cultura” e “economia criativa” continuarão existindo. Não é pretensão deste artigo apresentar respostas definitivas, mas trazer o tema para uma reflexão, criando uma incomodação “criativa”. Assim, busca-se um deslocamento necessário para aproximarmos os debates, sobre a temática, da realidade vivida.

### **“Economia criativa”: questões e reflexões**

A luz da reflexão sobre a economia criativa tem servido para pensarmos a própria cultura e criatividade seus limites e abrangências. Nesse momento, em que novas práticas e novos conceitos entram em cena, parecerem mais perguntas do que respostas.

Neste sentido, cabe a reflexão a partir de algumas questões. Questões que tornam possíveis uma melhor compreensão do conceito “economia criativa”. São elas: existe uma economia criativa e qual não seria? Existem cidades criativas e quais não são? Ou, qual não tem criatividade alguma? Qual setor ou área da cultura ou da economia não estão dentro do campo criativo? E, por fim, em que período histórico os processos de produção do conhecimento e produção tecnológica prescindiram da criatividade ou inovação para superar as dificuldades e transformar a realidade?

Essas são perguntas que me inquietam como pesquisador da área cultural. O que resumidamente quero enfatizar é que: se tudo o que é realizado no âmbito cultural é economia criativa, não estaríamos utilizando um como sinônimo do outro? E, portanto, perdendo uma possibilidade de delimitar melhor esse conceito? Se for verdade que o conceito de indústrias culturais está ultrapassado, por que não aprofundarmos a análise do conceito de economia da cultura?

Proponho, então, que o leitor substitua nos textos o conceito de economia criativa pelo conceito de cultura. Será que não chegaríamos ao mesmo resultado? Se isso for verdadeiro não estaríamos construindo um conceito de economia criativa tão amplo que ficaria fluido na linha “tudo que é sólido desmancha no ar”. E, assim, estaríamos perdendo a oportunidade de realmente estabelecer um diálogo concreto para estabelecer uma verdadeira “economia das trocas simbólicas”. Construindo assim uma economia da cultura realmente é não como substrato de outras ações econômicas tidas “mais relevantes”. Analisemos os conceitos a seguir com olhar das reflexões até o momento:

## **Indústrias Culturais**

As indústrias culturais, que hoje em dia também conhecemos como ‘indústrias criativas’, produzem em massa bens e serviços com um conteúdo artístico suficiente para poder ser consideradas criativas e culturalmente significativas. Sua principal característica é de combinar conteúdos culturais com a produção em escala industrial. O componente cultural dos salários majoritariamente pelo emprego de artistas (criadores, atores, técnicos) formados para produzir esses bens da indústria cultural, mas também podemos encontrá-lo no significado social que está ligado ao consumo desses bens. (TOWSE, 2003, p. 443).

## **Economia Criativa**

A economia criativa consiste nas transações contidas nesses produtos criativos. Cada transação pode ter dois valores complementares: o valor da propriedade intelectual intangível e o valor do suporte ou plataforma física (se realmente existir algum). Em alguns setores como software, o valor da propriedade intelectual é mais elevado. Em outros como artes, o custo unitário do objeto físico é maior. (HOWKINS, 2013, p. 17).

## **Economia da Cultura**

Economia da cultura é a utilização metodológica dos instrumentos e do aprendizado da economia a favor

da cultura. O que significa que se trabalha a cultura de forma diferente do ponto de vista antropológico, por exemplo. É claro que existem várias manifestações e expressões culturais que efetivamente acabam não tendo impacto no mercado. O que a economia da cultura faz é colocar a favor da cultura todo o instrumental teórico da primeira para que, uma vez definido o que queremos de uma política de cultura, encontremos o melhor caminho para chegar lá. O que sobra disso é que se a gente não tiver uma política cultural bastante clara, não adianta nada falar em economia da cultura. A economia da cultura não diz como a política será, mas sim como melhor tratar determinada política. A economia da cultura é uma ciência, inclusive reconhecida como disciplina dentro da economia desde a década de 60. No Brasil, o termo chegou em 2003. Já o conceito de economia criativa existe no mundo desde meados da década de 90 com uma concepção de ampliação da economia da cultura. (REIS, 2012b).

Mesmo o documento UNCTAD/ONU (2010), referência para estabelecer as políticas nesse campo da Economia Criativa, expressa também a tensão conceitual entre indústrias criativas, que nada mais são do que falávamos, das indústrias culturais, às vezes quase usando como sinônimos um do outro.

Ao lermos esses conceitos vemos o quanto um perpassa o outro. Podemos concluir, portanto, que à medida que ampliamos, em demasia, o conceito, acabamos por perder exatamente sua especificidade importante, principalmente no que tange ao diálogo entre cultura e economia.

Analisemos o quadro abaixo, que propõe uma divisão dos círculos de atividades culturais e criativas proposto pela Comissão Europeia 2006. Os círculos estão divididos em quatro setores: o primeiro, *Núcleo Artístico*, compõe atividades indústrias que geram produtos únicos; o segundo, *Indústrias Culturais*, são atividades com possibilidade de reprodução massiva, que incidam direitos autorais, e sofram influência tecnológica da informação e da comunicação; o terceiro, *Indústrias e atividades criativas*, são aquelas que não são necessariamente industriais, podem ser produtos únicos e combinam direitos de propriedade com marca. A criatividade é estimulada



pela cultura; o quarto, *Indústrias e atividades relacionadas*, são aquelas ligadas com a indústria de difusão de conteúdos. Essa análise e o quadro abaixo são propostos por José Ruiz Navarro, em *Creación de empresas em el ámbito cultural* (2008).

<b>Núcleo artístico</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Artes visuais: artesanato, pintura, escultura</li><li>• Artes cênicas: teatro, dança, circo, festivais</li><li>• Atividades patrimoniais: museus, bibliotecas, sítios arqueológicos, arquivos</li></ul>
<b>Indústrias Culturais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cinema e vídeo</li><li>• Televisão e rádio</li><li>• Videojogos</li><li>• Músicas</li><li>• Livros e imprensa</li></ul>
<b>Indústrias e Atividades criativas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Design, moda</li><li>• Arquitetura</li><li>• Publicidade</li></ul>
<b>Indústrias e atividades relacionadas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fabricação de Computadores pessoais</li><li>• MP3</li><li>• Telefonia Móvel</li><li>• Tabletes ...</li></ul>

Ao olharmos o quadro acima, verificar-se que a abrangência do conceito de “economia criativa” se reflete na dificuldade do enquadramento destas nas ações de políticas culturais. As categorias propostas e as atividades dão exatamente a dimensão das ações, poderíamos inclusive ampliar essas categorias e suas atividades indefinidamente.

Na prática, a proposta da UNCTAD/ONU de criação de comitês nacionais de caráter transversal no âmbito governamental tenta responder a complexidade das atividades incluídas nessa política pública. A abrangência é mais das atividades incluídas como indústrias criativas do que o conceito propriamente dito. Uma nova pergunta a partir desse ponto se faz necessária. Qual o conceito mais amplo, o de cultura ou de criatividade? É a tentativa de pensarmos as duas vertentes de forma mais clara. A Cultura é um conceito que inclui a criatividade ou o seu inverso? Existe ação cultural sem

criatividade? A criatividade é inerente à cultura, é uma parte criação cultural?

Tenhamos claro que a utilização do conceito de “economia criativa” busca fugir da complexidade existe no conceito de cultura, e consequentemente do conceito de “economia da cultura”. Entretanto, a própria diversidade de conceitos de cultura faz com que paremos para pensar o conceito de “economia da cultura”, principalmente na sua abrangência e profundidade. Já o conceito de “economia criativa” não parece ter as mesmas preocupações, a criatividade é parte constitutiva da Cultura, falamos aqui de cultura com “C” maiúsculo, da produção de sentido, da capacidade de simbolização em qualquer dimensão e de traduzir isso em produção de bens simbólicos.

O conceito de criatividade, nesse sentido, não pode ser tratado como um campo autônomo, a criatividade é um conceito intrínseco ao conceito de cultura. Nas bases existem elementos para a criativa em qualquer dimensão da vida humana, ou melhor, a criatividade é uma das bases culturais as quais indivíduos, comunidades e sociedades estão imersos, se relacionando e construindo sua ou suas “culturas”. Apesar da complexidade do conceito de cultura, de sua polifonia, devemos sim enfrentá-lo como desafio da construção na sua relação com a economia.

Portanto, a afirmação de Roy Wagner, em *A Invenção da Cultura* (2010), que aponta cultura como criatividade vem corroborar com a ideia que toda a cultura é uma construção criativa como também a forma que vemos as demais culturas. Toda ação é movida pelo ato criativo das atividades mais “simples” às mais “complexas”, tendo como base a criatividade, a capacidade de simbolizar que o **Ser Humano** tem diferentes de outras espécies que habitam o nosso planeta. Essa capacidade é a própria cultura.

As “produções” de uma cultura são processos dessa criatividade interna de cada sociedade e sua cultura, essa capacidade criativa e de inovação que todas as sociedades detêm. O *Homo Creatus* não existe sem estar mergulhado na cultura, sem ser um produto e produtor dela. Essa produção é resultante da dinâmica cultural específica. Com isso, não queremos aqui reificar o conceito de cultura dando-lhe um

perfil determinista, mas afirmar a hegemonia do conceito de cultura. Nesse sentido podemos, então, afirmar que toda a “produção” humana é culturalmente contextualizada e tem na sua gênese a criatividade. O *Homo Creatus* é na verdade *Homo Sociologicus*.

## **Cultura e desenvolvimento: desafios para o século XXI**

Um sistema de gestão cultural deve levar em conta alguns elementos para estabelecer uma política cultural: formação, criação, produção, distribuição, consumo, conservação e fomento. Esses elementos possibilitam um conjunto de referências de caráter simbólico, realizados nos âmbitos intelectual, artístico, social e recreativo como expressão criadora.

A partir desses itens, temos como pensar as políticas culturais como elementos de desenvolvimento cultural e econômico. O direito ao acesso a bens culturais como garantia das necessidades básicas da população proporcionam na construção da cidadania um papel estratégico na defesa da diversidade cultural e das identidades culturais locais frente à globalização. Pensar a cultura como fator de mudança pressupõe fazer uma reflexão sobre o conceito de cultura tendo como referência a ambiguidade que esse conceito carrega. No caso brasileiro, vivemos um momento muito particular: depois de longo tempo, temos a possibilidade de constituir algo novo no futuro. Uma visão de nação planejada, alicerçada em políticas que viabilizem a inclusão de vastas camadas da população nos parâmetros de cidadania, e que se expressem, entre outros fatores, pela democratização do acesso aos bens culturais.

O conjunto das políticas públicas de cultura tem sido percebido como fator de desenvolvimento econômico e de inclusão social, o que implica no reconhecimento da cultura como área estratégica para o desenvolvimento do País. Nessa perspectiva, o que se pretende é a geração de um superávit cultural decorrente da adoção de políticas transversais integradas entre as áreas de educação, saúde e cultura. As desigualdades sociais são o resultado de políticas neoliberais durante os períodos autoritários. No ciclo virtuoso democrático que

vive nossos países, perdurando essa realidade, as populações podem ser levadas ao desencanto com a democracia por não terem acesso a políticas públicas eficazes.

Pensar uma nova matriz de desenvolvimento parece o desafio contemporâneo. A ênfase nos aspectos sociais tem se mostrado cada vez mais no foco dessa nova imaginação gerencial, construindo um sistema de valores que incorpore as políticas sociais como centro das políticas de desenvolvimento, fugindo, assim, de uma racionalidade burocrática que negue essa dimensão. O papel do Estado contemporâneo é o de eliminar os obstáculos que travem as possibilidades de avanço dessa nova matriz de desenvolvimento com ênfase no social. Para tanto, uma mudança profunda da visão dos dirigentes governamentais é estratégica. O conceito a ser implantado no século XXI é o de desenvolvimento humano e humanizador, que se aproxima mais de um progresso integral dos indivíduos e das comunidades.

A história já demonstrou que o crescimento econômico sem desenvolvimento social pode ser concentrador de renda, ou seja, sem a ampliação do acesso de camadas da população às políticas sociais o crescimento fica sem alma. Essas políticas têm de ser tratadas em conjunto: o desenvolvimento econômico como desenvolvimento social. O binômio faz com que as nações que apresentam hoje maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) sejam países que não se restringem apenas ao direito ao trabalho, mas ao direito à educação, à cultura, à saúde e ao bem-estar social. Em nossas sociedades multiculturais e pluriétnicas, a complexidade dos temas da cultura é um desafio constante. O desenvolvimento passa necessariamente pelo respeito a essa diversidade cultural. As diversidades culturais e naturais são nossos maiores ativos econômicos e nesse sentido devemos tratá-los de forma a preservá-los.

Os ciclos das políticas públicas na história do País sempre estiveram atrelados à lógica das políticas econômicas. Isso acabou levando as políticas públicas na área cultural a uma lógica de mercado, colocando em segundo plano a questão dos direitos culturais e mesmo a sua dimensão simbólica. Isso acaba por subordinar a dimensões simbólica

e cidadã a dimensão econômica das atividades culturais.

Por esse motivo que a preocupação hoje com uma política de sustentabilidade é incontestável e todos nós temos ciência da necessidade de se promover um desenvolvimento socioeconômico garantidor do bem-estar para as gerações futuras. Podendo ser por esse caminho que a cultura se colocara como matriz de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi disseminado pelas declarações da Agenda 21, documento formulado, em nível global, na Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, com o objetivo de conciliar as questões ecológicas, sociais e econômicas nos processos de desenvolvimento dos países signatários. Os compromissos estabelecidos pela Agenda 21 preveem a participação dos Governos e da sociedade civil tanto no nível federal quanto estadual e municipal, de modo a promover a cooperação necessária para efetivar concretamente as ações recomendadas. A publicação da UNESCO, "Nossa Diversidade Criativa", de 1996, resultado do Informe Mundial da Cultura, já apontava os parâmetros para uma reflexão sobre a cultura como ferramenta para desenvolvimento social, tirando, assim, as políticas culturais das margens das políticas governamentais.

A cultura como motor do desenvolvimento humano tem na criatividade uma das chaves impulsionadoras de uma sociedade, um grupo social, uma comunidade. Cultura é um conceito tenso pela sua polifonia, que leva em conta a diversidade e a diferença, de identidades contrastivas, redes de significados, visões de mundo. As políticas decorrentes desse conceito devem incluir a partir da diferença, do que é plural.

Reposiciona a cultura frente aos fenômenos da globalização ou mundialização, trazendo elementos novos para a ação cultural agora pensado em cenário global fazendo com que os países busquem se inserir nesse processo de maneira protagonista e não subordinada, ou seja, os bens culturais tornam-se ativos econômicos colocados sobre a mesa de negociações, passamos então a negociar aquilo que não tem preço, tem um valor atribuído, a identidade, o belo, e o

significado da vida.

## Nota

\* José do Nascimento Junior, antropólogo, vice-coordenador do GT Patrimônio Cultural da Associação Brasileira Antropologia, coordenador do Sistema Brasileiro de Museus, presidente do Comitê Intergovernamental do Programa Ibermuseum/Secretaria-Geral Ibero-Americana, diretor de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, presidente do Instituto Brasileiro de Museus, professor colaborador da Pós-Graduação em Patrimônio Cultural/UFSM, professor da Pós-Graduação em Gestão Cultural da Universidade Nacional de Córdoba na Argentina. Atualmente, diretor-executivo do Instituto Brasileiro de Políticas Culturais (IBPC), representante no Brasil do Instituto Ibero-americano de Museologia. Consultor Unesco/MeC, com diversos artigos públicos na área de políticas públicas de cultura e museus.

## Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural – o iluminismo como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BENJAMIM, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: \_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas**, v. I: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Porto Alegre: Zouk, 2006.

COLNAGO, Ena; NASCIMENTO JUNIOR, José do. Economia da Cultura. In: NASCIMENTO JUNIOR, José do (Org.). **Economia dos Museus**. Brasília: Ibram/Minc, 2010.

DUMONT, Louis. **Homo Aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica**. Bauru: Edusc, 2000.

GODELIER, Maurice. **Coleção Os grandes cientistas sociais**. São Paulo: Ática, 1981. n. 21.

HOWKINS, John. **Economia Criativa: como ganhar dinheiro com idéias criativas**. São Paulo: M.Books, 2013.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A Antropologia diante dos problemas do mundo moderno**. Lisboa: Temas e debates/Círculo de Leitores, 2012.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: 70, 1988.

NASCIMENTO JUNIOR, José do (Org.). **Economia dos Museus**. Brasília: Ibram/MinC, 2010.

NAVARRO, Ruiz José. **Creación de empresas en el âmbito cultural**. Madrid: Fundación Autor, 2008.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades criativas: da teoria à pratica**. São Paulo: Sesi-SP, 2012.

\_\_\_\_\_. **Economia da Cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. Barueri: Manole, 2007.

\_\_\_\_\_. **Entrevista Secretaria de Estado da Cultura do RS**. Disponível em: <[www.sedac.rs.gov.br](http://www.sedac.rs.gov.br)>. Acesso em: 2012.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Gilberto (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TOWSE, Ruth. Las industrias culturales. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Manual de Economía de la Cultura**. Madrid: Fundación Autor, 2003.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

WEBER, Max. **Os Fundamentos racionais e sociológicos da música**. São Paulo: Edusp, 1995.

UNCTAD/ONU. **Relatório de Economia Criativa 2010**. Publicação em português do Ministério da Cultura/Itaú Cultural, 2010.

Recebido em 20 de agosto de 2013.  
Aprovado em 23 de agosto de 2013.

## **Abstract**

The aim of this paper is to analyze the scope of the concept of creative economy from an anthropological framework, using the trajectories of the concepts of culture, cultural industry and cultural economics. Seeks to demonstrate the tensions of the relationship between culture and economy and points critically how this relationship is established. The proposal is to build the relationship of the binomial culture & development for creating a new look at the role of cultural policies. Presents a rupture with the concept of the creative economy in favor of the return of cultural economy concept.

**Keywords:** Creative economy. Cultural economics. Culture and development.